

Ex.mo(a) Senhor(a)  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro

---

**Assunto: Comunicação prévia no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) <sup>(1)</sup>**

Dados do comunicante	
Nome ou denominação social	
N.º de Identificação Fiscal	
Morada ou sede social	
Código postal	
Telefone/Telemóvel	
Correio eletrónico	

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 22.º do RJREN, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28/8, vem apresentar a V. Ex.ª a comunicação prévia a que se refere a subalínea ii) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do RJREN em relação à pretensão a seguir identificada:

Dados da pretensão	
Designação da(s) ação(ões) <sup>(2)</sup>	
Artigo(s) matricial(ais)	
Local	
Freguesia	
Concelho	

---

<sup>(1)</sup> As consultas sobre operações urbanísticas sujeitas aos procedimentos de controlo prévio, incluindo as informações prévias, previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo DL 555/99, de 16/12, na redação do DL 136/2014, de 9/9, a efetuar pelas Câmaras Municipais, a esta CCDR, no âmbito do RJREN, deverão ser feitas através do Sistema de Informação do RJUE, conforme disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 216-A/2008, de 3/3.

<sup>(2)</sup> Quando se tratar de legalização de edificações existentes deverá ser indicada a data de construção das mesmas.

<b>Área total de REN afetada pela pretensão</b>	<b>m<sup>2</sup></b>
<b>Áreas de REN afetada por tipologia<sup>(3)</sup>:</b>	
Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos	m <sup>2</sup>
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	m <sup>2</sup>
Zonas ameaçadas pelas cheias	m <sup>2</sup>
Leitos e margens dos cursos de água	m <sup>2</sup>
	m <sup>2</sup>
	m <sup>2</sup>

Para o efeito vem instruir o processo, de acordo com o Anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20/12, juntando dois exemplares em suporte de papel e outro em suporte digital<sup>(4)</sup>, contendo os elementos constantes do documento anexo.

Tomo conhecimento das seguintes informações:

1. Nos termos da Portaria n.º 360/2015, de 15/10, o presente pedido encontra-se sujeito ao prévio pagamento de taxa, com a possibilidade do mesmo ser feito da seguinte forma:
  - a) Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:
    - Multibanco (preferencialmente);
    - Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDRC;
    - Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.

<sup>(3)</sup> Saliente-se que poderá haver sobreposição de duas ou mais tipologias.

Exemplo de outras tipologias: *Águas de transição e leitos, margens e faixas de proteção; Lagoas e lagos e respetivos leitos e faixas de proteção; Faixa marítima de proteção costeira; Albufeiras e respetivos leitos e faixas de proteção; Zonas ameaçadas pelo mar; Zonas adjacentes; Dunas costeiras interiores e dunas fósseis; ...*

<sup>(4)</sup> O exemplar em suporte digital deverá apresentar as peças escritas e desenhadas nos formatos DOC e DWF, respectivamente. Os restantes elementos/documentos poderão ser apresentados noutra formato digital.

- b) Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;
2. O valor das taxas encontra-se igualmente disponível no Portal da CCDR ([www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)), em Ordenamento/Taxas.
3. Os prazos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do RJREN têm início apenas após a apresentação na CCDR do processo devidamente instruído, incluindo o comprovativo do pagamento da Taxa.

### Elementos instrutórios nos procedimentos de comunicação prévia

#### - Anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro

Memória descritiva e justificativa da qual conste a:

i) Identificação do comunicante	
ii) Descrição da situação existente e da atividade desenvolvida, bem como indicação das edificações existentes e propostas, quando aplicável	
iii) Descrição do uso ou ação, incluindo o seu destino, a sua necessidade e as suas condições de instalação e funcionamento	
iv) Quantificação da superfície total de REN afetada pelo uso ou ação, expressa em m <sup>2</sup> ou em hectares	
v) Demonstração da não afetação significativa da estabilidade ou do equilíbrio ecológico do sistema biofísico e dos valores naturais em presença	
vi) Demonstração do cumprimento dos requisitos respetivamente aplicáveis a cada um dos usos ou ações, definidos na presente portaria	
vii) Planta de localização à escala de 1:25000	
viii) Delimitação do terreno ou parcela e localização exata da ação no interior do mesmo, nomeadamente em planta a escala adequada (1:10000, 1:5000, 1:2000 ou 1:1000) e/ou através da indicação das respetivas coordenadas geográficas	
ix) Outros elementos tidos como relevantes pelo comunicante para a instrução do seu pedido	

....., ..... de .....de .....

O comunicante